



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2026

(DO SR. MARCOS POLLON).

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para debater os impactos da paralisação anunciada pela ADPF nas renovações de certificados de registro arma de fogo de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) e as medidas que serão tomadas para não lesar a população.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, nos termos do art. 24, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com o objetivo de debater os impactos da paralisação anunciada pela ADPF nas renovações de certificados de registro arma de fogo de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) e as medidas que serão tomadas para não lesar a população.

O referido evento irá contar com a participação dos atores relevantes para a matéria:

1. Ministro da Justiça e Segurança Pública;
2. Representante da ADPF
3. Representante da CGARM/PF
4. Representante da Associação Nacional do Movimento Pró-armas;
5. Representante da Associação Brasileira de Caçadores - Aqui tem Javali
6. Representante da Confederação Brasileira de Tiro de Combate
7. Representante da Confederação Brasileira de Tiro Tático





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

8. Representante da Confederação Brasileira de Tiro Defensivo
9. Representante da Confederação Brasileira de Tiro Prático

### JUSTIFICATIVA

A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF tornou pública a deliberação de assembleia da categoria que autorizou a paralisação de atividades dos delegados da Polícia Federal como forma de mobilização institucional. Trata-se de fato de elevada relevância para a administração pública e para a sociedade brasileira, tendo em vista que a Polícia Federal exerce funções essenciais relacionadas à segurança pública, à investigação criminal e à execução de diversas atividades administrativas estratégicas atribuídas pela legislação federal.

Entre essas atribuições encontra-se a gestão do Sistema Nacional de Armas – SINARM e do SINARM-CAC, atualmente sob responsabilidade da Polícia Federal, que passou a exercer papel central no controle administrativo de armas de fogo no país, especialmente após a transferência das atribuições anteriormente desempenhadas pelo Exército Brasileiro em relação aos Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores – CACs. Tal sistema envolve atividades administrativas complexas, incluindo registros de armas de fogo, renovações de certificados, análises documentais e demais procedimentos necessários para a manutenção da regularidade jurídica dessas atividades.

Nos últimos meses, esta Casa Legislativa tem recebido diversos relatos de cidadãos e entidades representativas do setor indicando a existência de atrasos significativos na tramitação de processos administrativos relacionados ao SINARM-CAC. Esses relatos apontam para dificuldades operacionais, instabilidades sistêmicas e morosidade administrativa na análise de requerimentos, o que tem gerado crescente preocupação entre os cidadãos que dependem da atuação da Administração Pública para manter sua situação jurídica em conformidade com a legislação vigente.

A eventual paralisação das atividades da Polícia Federal possui potencial de agravar significativamente esse cenário, podendo comprometer ainda mais a capacidade operacional da instituição para analisar e concluir processos administrativos essenciais. Tal situação pode resultar em atrasos adicionais na renovação de registros e certificados





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

vinculados aos CACs, criando risco concreto de vencimento de documentos cuja regularização depende exclusivamente da atuação administrativa do próprio Estado.

Esse risco se torna ainda mais relevante diante da proximidade de prazos críticos relacionados à renovação de registros de armas de fogo vinculados a CACs. Caso a paralisação impacte diretamente a análise desses processos, cidadãos que cumpriram tempestivamente todas as exigências legais poderão se ver involuntariamente em situação de irregularidade administrativa por circunstâncias que escapam completamente ao seu controle.

Em um Estado Democrático de Direito, não é admissível que cidadãos que agem em conformidade com a lei sejam prejudicados por falhas administrativas, morosidade institucional ou interrupções na prestação de serviços públicos essenciais. O direito administrativo brasileiro reconhece de forma consolidada o princípio da continuidade do serviço público, segundo o qual a Administração deve assegurar que suas atividades sejam prestadas de forma regular, eficiente e sem interrupções capazes de gerar prejuízo aos administrados.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que o Parlamento promova um debate público, transparente e institucional sobre os impactos potenciais da paralisação anunciada e sobre as medidas que estão sendo adotadas pelo Poder Executivo para mitigar seus efeitos sobre os cidadãos. A realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado permitirá reunir autoridades governamentais, especialistas, representantes institucionais e entidades da sociedade civil para discutir de forma aprofundada os desafios operacionais atualmente enfrentados pelo sistema de controle de armas.

A audiência pública também permitirá que o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Polícia Federal apresentem esclarecimentos sobre eventuais planos de contingência destinados a assegurar a continuidade da análise dos processos administrativos relacionados ao SINARM e ao SINARM-CAC, bem como sobre possíveis medidas emergenciais destinadas a evitar o vencimento de registros e certificados por atrasos administrativos imputáveis ao próprio Estado.

Além disso, o debate institucional contribuirá para que esta Comissão possa avaliar eventuais aperfeiçoamentos legislativos ou administrativos necessários para





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

garantir maior estabilidade, eficiência e previsibilidade ao sistema de controle de armas no país, preservando simultaneamente a segurança pública e os direitos dos cidadãos que cumprem rigorosamente a legislação vigente.

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado possui competência regimental para acompanhar e fiscalizar políticas públicas relacionadas à segurança pública e ao funcionamento das instituições responsáveis pela gestão do controle de armas no Brasil. A realização da audiência pública proposta permitirá que esta Comissão exerça plenamente seu papel fiscalizador e promova um espaço qualificado de diálogo institucional sobre tema de grande relevância para a sociedade.

Diante da relevância do assunto e do impacto potencial sobre milhares de cidadãos brasileiros que exercem atividades lícitas regulamentadas pela legislação federal, entende-se plenamente justificada a realização de audiência pública destinada a debater os efeitos da paralisação anunciada e as medidas necessárias para assegurar que a população não seja prejudicada por eventuais interrupções na prestação dos serviços administrativos relacionados ao controle de armas.

Dessa forma, a aprovação do presente requerimento revela-se medida necessária para garantir transparência institucional, promover o diálogo entre os Poderes e assegurar a proteção dos direitos dos cidadãos diante dos desafios administrativos atualmente enfrentados pelo sistema de controle de armas no país.

Sala das reuniões, em 06 de março de 2026.

**Deputado Federal Marcos Pollon**

**PL-MS**

Apresentação: 06/03/2026 17:40:58.597 - CSPCCO

REQ n.84/2026



\* C D 2 6 8 5 6 3 8 7 3 1 0 0 \*